

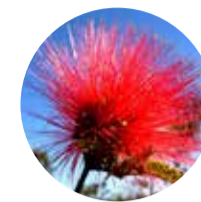


Projeto do Senador Wilder na área da educação é aprovado na Câmara Federal

Projeto do Ministério das Cidades leva energia solar para moradias populares



CERRADO

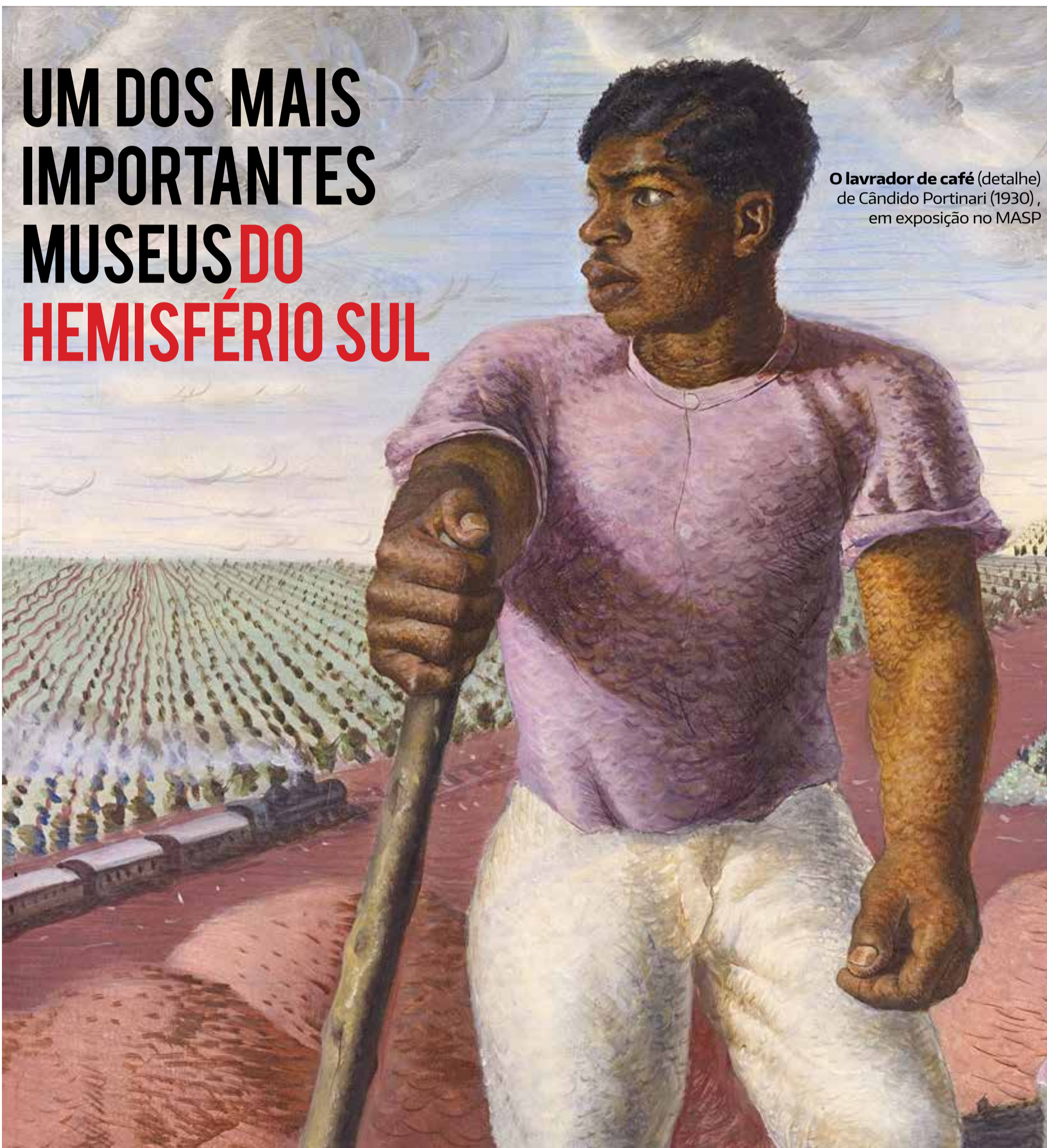


Goiânia, SEXTA-FEIRA, 11 de agosto de 2017

[f](#) [i](#) [t](#) /wildermorais

**UM DOS MAIS
IMPORTANTES
MUSEUS DO
HEMISFÉRIO SUL**

O lavrador de café (detalhe)
de Cândido Portinari (1930),
em exposição no MASP



CULTURA / MUSEUS

MASP: um dos maiores patrimônios culturais do Brasil

DIEGO PADGURSCHI / FOLHAPRESS



Casal Pietro Maria Bardi e Lina Bo Bardi: ele reuniu as obras (acima) e ela projetou o edifício. Idealismo e ousadia sem precedentes.

J. C. GUIMARÃES

O MASP, Museu de Arte de São Paulo, é mais conhecido do grande público pelas grandes manifestações populares que atrai. Além de espaço cultural tornou-se, também, tradicional ponto de referência para protestos políticos de massas. Assim é que, durante as grandes manifestações contra o governo Dilma, em 2016, dois locais simbolizaram as posições antagônicas: a FIESP e o referido museu, ambos situados na Avenida Paulista.

Três grandes nomes estão ligados à criação do MASP: o do jornalista Assis Chateaubriand, o do galeista e crítico ítalo-brasileiro Pietro Maria Bardi e o da arquiteta, de mesma origem, Lina Bo Bardi. A ideia foi de Chateaubriand, o Roberto Marinho de meados do século 20, no Brasil. Corria o ano de 1947, épo-

ca de notáveis realizações culturais, com destaque para a arquitetura brasileira. O ambicioso magnata das comunicações tinha os recursos financeiros necessários e o entusiasmo para bancar a iniciativa de dar ao Brasil um museu de arte do nível dos melhores do mundo.

Após a Revolução de 30 e eixo econômico do Brasil havia sido transferido para São Paulo, onde o café - principal item das exportações nacionais - financiava a industrialização do País, sob a tutela da ditadura Vargas e do Estado Novo. Porém, do ponto de vista simbólico, a burguesia paulistana ainda disputava a hegemonia com a capital da república, Rio de Janeiro. Ela havia financiado a Semana de 22, mas ainda faltava consolidar sua posição cultural. Por que não se criar, então, um gran-

de museu, a partir de uma ambiciosa coleção de arte?

Faltava a Chateaubriand, porém, o conhecimento de arte necessário na matéria, que Bardi iria suprimir com perícia e desenvoltura.

No exterior o mundo havia acabado de sair da Segunda Guerra Mundial. A Europa, mãe da civilização ocidental, estava em grangalhos. O momento era propício para adquirir no mercado europeu obras de artistas de renome, quase a preço de banana. Pietro Maria Bardi aproveitou-se então para adquirir, para o MASP, obras dos principais modernistas, como Renoir, Picasso, Cézane, van Gogh, entre outros. Até um mesmo Rafael (ao lado) veio para no acervo do museu brasileiro. Um trunfo e tanto, para um País periférico.

Em 1968 a sede do museu foi transferida para a Avenida Paulista.



Rafael Sanzio, "Ressurreição de Cristo" (1499 - 1502). Um dos mestres do Renascimento, ao lado de Da Vinci e Miguel Ângelo

EDUCAÇÃO

Câmara Federal aprova projeto do senador Wilder que autoriza doações de empresas às universidades

FOTO: MARIANA DI PIETRO



JOÃO CARVALHO

Projeto do senador Wilder Moraes (PP) que permite a doação de recursos de empresas ou pessoas físicas para projetos de pesquisa em universidades foi aprovado na Câmara dos Deputados. Para entrar em vigor, a lei, que já tinha sido aprovado no Senado, agora aguarda prazo antes de ser encaminhada à presidência da República para sanção ou veto do presidente Michel Temer.

De acordo com o projeto, as doações podem ser feitas inclusive em dinheiro, e são direcionadas a setores ou projetos específicos, segundo acordo entre os doadores e as instituições beneficiárias.

O senador Wilder Moraes comemora a aprovação do seu projeto pois considera

que será um reforço importante para o caixa das universidades realizarem pesquisas. "Tinha certeza da aprovação diante da importância dessa iniciativa", avaliou Wilder.

A proposta do Senado altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Lei 9.394/96) e prevê ainda que, no caso das universidades públicas, os recursos serão depositados no caixa único, mas com destinação garantida para os projetos beneficiados. Atualmente, a LDB não prevê doações diretas, apenas as realizadas por meio de convênios com entidades públicas ou privadas.

Wilder avalia que infelizmente no Brasil hoje não é comum a doação de recursos para as universidades. Isso ocorre, na maioria das

vezes, porque o doador sabe que o dinheiro não será destinado a um projeto específico indicado por ele. "Com o nosso projeto isso muda. O doador poderá doar e indicar para onde o dinheiro deve ser destinado", diz Wilder.

Segundo o senador Wilder, com a aprovação do seu projeto as empresas e mesmo pessoas físicas se sentirão mais motivadas para fazer as doações, sabendo que os recursos serão encaminhados para projetos e ações determinadas.

"Essa medida, especialmente nessa época de crise, será importante para fortalecer o caixa das universidades, que poderão investir em projetos de pesquisa", comentou Wilder, que fala da grande dependência das universidades sobre o or-

çamento da União para patrocinar pesquisas.

O senador Wilder Moraes destaca que "é pouco comum ver as universidades brasileiras obterem recursos de doações, diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos, por exemplo, em que magnatas e grandes empresas doam, sem a necessária expectativa de receber incentivos fiscais, vultosas somas monetárias e valiosos bens para universidades públicas e privadas sem fins lucrativos".

Ainda de acordo com Wilder, em países desenvolvidos as pesquisas nas universidades são financiadas basicamente com recursos da iniciativa privada. No Brasil isso ainda não ocorre devido às amarras burocráticas, como essa que

destina as doações para o caixa único da instituição superior de ensino. "Com esse nosso projeto vamos mudar essa realidade. Será bom para as universidades e melhor ainda para setores como o da saúde, que depende de muitos investimentos na descoberta de novos medicamentos e no tratamento de doenças graves", avisou Wilder.

Esse é mais um projeto do senador Wilder destinado à área da educação. Sua atuação tem focado esforços nessa área, segundo ele, como forma de fortalecer a educação no Brasil. "Tudo que tenho foi graças à educação e a muito esforço e trabalho. Com esse projeto podemos melhorar o ensino nas universidades brasileiras", finalizou Wilder.

ENERGIA SOLAR

Projeto do Ministério das Cidades leva energia solar para moradias populares, iniciativa do senador Wilder

FOTO: SILVIO QUIRINO / DIVULGAÇÃO



JOÃO CARVALHO

O ministro das Cidades, Bruno Araújo, informou hoje (sexta-feira - 10) que será lançada em breve a portaria que prevê a instalação de energia solar nos imóveis do programa Minha Casa, Minha Vida. O ministro recebeu o resultado de um estudo para a implementação da energia solar nos empreendimentos do programa habitacional. O primeiro projeto discutido no Congresso Nacional é de autoria do senador Wilder Moraes.

Conforme as estimativas que foram apresentadas, um consumidor da Faixa 1 do programa tem consumo na faixa de 100 Kwh [quilowatts/hora] por mês de energia elétrica. Esse consumidor, com o

sistema projetado com a energia solar, poderá gerar, em sua própria residência, 70 Kwh por mês. Isso significa que ele está tendo uma economia de 70% no gasto de energia elétrica que ele tem no seu dia a dia.

“Com esse estudo apresentado, vamos trabalhar para transformar esse trabalho em uma portaria, uma determinação, para que o programa Minha Casa, Minha Vida comece estabelecendo [essa instalação]”, disse Bruno Araújo, ao participar de evento na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). “Semana que vem, seguramente, vamos ter notícia sobre essa nova regra se incorporando ao programa habitacional brasileiro”, afirmou.

O senador Wilder disse que projetos como esses são fundamentais para o consumidor de baixa renda, que além de receber moradias com custo baixo (ou mesmo de graça), têm a opção de ter uma energia de qualidade e pagando pouco por isso. “No Senado tenho apresentado projetos voltados para o uso de tecnologias que aproveitem energias renováveis, como a solar. O Governo Federal começa a perceber que esse é um caminho sem volta. Na Europa o uso de energia solar já uma realidade. No Brasil ainda estamos engatinhando, mas acredito nos próximos anos o aproveitamento de energia solar na construção civil será em breve uma realidade”, disse Wilder.

Segundo o ministro Bruno Araújo, o Governo Federal trabalha para que as unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida sejam entregues com tecnologia de aproveitamento de energia alternativa. “Vamos determinar que, a partir de 2018, o programa Minha Casa, Minha Vida possa começar a gerar energia solar, o que vai baratear as contas dos beneficiários do programa.” Segundo Araújo, o projeto vai “impulsionar a indústria nacional, reduzir custos, viabilizar a redução da conta de energia das famílias de baixa renda e ajudar a tirar uma carga dos demais sistemas tradicionais de geração de energia”.

O presidente executivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica

(Absolar), Rodrigo Sauer, explicou que o beneficiário do programa gasta menos com a conta de luz, ao usar a energia solar. De acordo com Sauer, a energia solar não vai substituir a energia tradicional. “Ele [beneficiário do programa] continua aproveitando a energia da rede elétrica. O sistema fotovoltaico complementa, gerando energia limpa. E a energia adicional [de] que a habitação precisa poderá ser obtida da rede”, explicou.

Wilder avalia que além de ser energia limpa e renovável, a energia solar é abundante em todo Brasil, no entanto, é pouco aproveitada no País. “Precisamos mudar essa realidade rapidamente. Esse é um caminho sem volta”, defendeu Wilder Moraes.